



1     • **Reunião Ordinária ° Conselho Estadual dos Direitos da Mulher • 13/09/2016 • CEDM**

2     -Aos treze dias do mês de setembro do ano de 2016, às 8h 30min em primeira convocação, na  
3     Sala de reuniões do 7º andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-**  
4     **SEDS**, sito no Palácio das Araucárias, a rua Jacy Loureiro de Campos s/nº-Bairro Centro Cívico,  
5     em Curitiba-PR, foi dado início à **Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da**  
6     **Mulher – CEDM**, para a qual as Conselheiras foram previamente convocadas. Neste horário,  
7     **Juliane Müller**, Secretária Executiva desse Colegiado, registrou a presença apenas de 4  
8     Conselheiras, a saber: Tânia Fátima Calvi Tait (CUT- PR). Juliane Bielak (Suplente -  
9     SINDIPETRO – PR/SC – decreto de nomeação em tramitação), Maria Isabel Correa – UBM/PR,  
10    Ana Cláudia Machado (Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária -SESP).  
11    Tendo em vista a inexistência do quórum regimental, aguardou-se o início da reunião às 9:00.  
12    Nesse meio tempo, outras Conselheiras foram se somando ao primeiro grupo – São elas: Vânia  
13    Muniz N. Soares (Rede Feminista da Saúde), Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO –  
14    PR/SC), Priscila Pacheco dos Santos (Secretaria de Estado da Cultura - SEEC), Rosani do  
15    Rosário Moreira (suplente - APP – Sindicato), Terezinha Beraldo Pereira – SEDS), Dra. Danielle  
16    M. Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS), Camila Mafioletti Daltoé (Ministério Público/PR), Josiane  
17    Gonçalves de Andrade (Suplente – Rede Mulheres Negras - PR), Jussara Fátima Ribeiro  
18    (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB), Marli A. B. Vaz Mussulini  
19    (Secretaria de Estado da Justiça e Trabalho e Direitos Humanos – SEJU), Melissa Colbert Bello  
20    (Secretaria de Estado da Educação – SEED), Sueli P. de Almeida Coutinho (SINDSAÚDE – PR),  
21    Izabel C. Mello de Brito (Secretaria de Estado da Saúde - SESA), totalizando **15 Conselheiras**.  
22    A abertura desse evento esteve a cargo da **Conselheira e vice presidente, Terezinha Beraldo**  
23    **Ramos (SEDS)**, ela que também coordena a Política da Mulher, lotada nessa Secretaria de  
24    Estado. A Conselheira nesse primeiro momento justificou a ausência da **Presidente Doris**  
25    **Margareth de Jesus (UBM/PR)**, devido problemas familiares. Já nesse primeiro momento, a  
26    **Conselheira Maria Izabel Corrêa (UBM/PR)** percebeu que o CEDM não tem sido totalmente  
27    prestigiado pelas suas Conselheiras, muitas vezes não levantando o quórum necessário para as  
28    suas reuniões. Considerou que outrora a existência desse Colegiado foi muito cobrada e hoje  
29    esse detalhe não é totalmente valorizado pelas constantes ausências de várias Conselheiras.  
30    Aproveitando o ensejo, a Secretária Executiva Juliana Müller fez a leitura das **justificativas de**  
31    **ausências recebidas** – Conselheira Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras – PR),  
32    Márcia Regina Coelho Ribeiro L. de Oliveira (SEET) e a Suplente Josiane do R. Vieira  
33    Guimarães (SEET), Luciana de Fátima AlonsoKaiser e a suplente , Vera L. C. Dapont (FETRAF),  
34    Elizimara Goulart Araújo (APP – Sindicato), Dra. Mariana Bazzo (Ministério Público), Elaine  
35    Ferreira Galvão (Rede Feminista da Saúde), Luci W. Soares (SETI), Heliana N. H dos Santos  
36    (Grupo Dignidade), Josiane F. Liz (Federação de Mulheres do PR), Doris M. de Jesus (UBM -  
37    PR), Maria Marucha (FETAEP), Rafaela M. Lupion e a suplente Mariana Dallo (Casa Civil). **1.**  
38    **Aprovação da pauta** - Inserção a pedido da Conselheira Maria Izabe Corrêa (UBM - PR) –  
39    Manifesto do CONSEA/PR. Nesse momento, a **Secretária Executiva Juliane Müller** informou  
40    que nessa data, a plenária será realizada no período da manhã, conforme decisão desse  
41    Colegiado. Segundo **Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico)**, respeita-se a decisão das  
42    Conselheiras, porém alertou que dessa forma, os assuntos aprovados nas Comissões serão  
43    retardados, uma vez que só serão referendados ou não na plenária seguinte. Aproveitou a  
44    **Conselheira Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC)** para solicitar a mudança do  
45    dia das reuniões do CEDM, passando para as quartas-feiras. A **Coordenadora Terezinha**  
46    deixou clara essa impossibilidade, tendo em vista que o ensalamento do auditório é dividido com  
47    mais quatro Conselhos e no momento encontra-se sem vagas. Esclareceu que na reunião de



48 dezembro será verificado um novo planejamento para 2017. **2 - Apreciação das atas** – Os  
49 documentos foram colocados em tela, lidos e submetidos à apreciação das Conselheiras. Após  
50 algumas adequações, as atas das reuniões extraordinária e ordinária de 12 de julho/2016 e da  
51 reunião ordinária do dia 16 de agosto/2016 foram consideradas **APROVADAS**. •Registrada a  
52 chegada da **Conselheira Eliana Maria dos Santos (FETEC – CUT/PR)**, às 9h20 min. e **Sandra**  
53 **Prado** (Coordenadora Gov. da Casa da Mulher Brasileira). Na continuidade, a **Conselheira**  
54 **Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC)** solicitou um esclarecimento sobre debate  
55 ocorrido na Câmara Técnica. Acordou-se que haveria uma representação da Sociedade Civil  
56 nesse grupo e essa pessoa é quem traria os informes para o Conselho. A **Coordenadora**  
57 **Terezinha B. Ramos (SEDS)** concordou que haverá uma indicação da Sociedade Civil, cujo  
58 nome será submetido à votação. Segundo a **Conselheira Anacélie**, essa indicação será trazida  
59 na próxima reunião. Ato contínuo, tendo em vista algumas indagações, a **Secretaria Executiva**  
60 **Juliana Müller** externou que o Regimento Interno do CEDM teve aprovadas as suas alterações,  
61 sendo o documento encaminhado para o Núcleo Jurídico da SEDS, visando uma avaliação final.  
62 Seguindo a programação, a **Coordenadora Terezinha Beraldo Ramos (SEDS)**, efetuou uma  
63 narrativa sobre o evento do CODESUL (Conselho do Desenvolvimento e Integração Sul), evento  
64 esse realizado no último dia 31 de Agosto/2016, onde foram apresentadas ações conjuntas da  
65 área social e da área específica de Políticas para as Mulheres, dos Estados do Paraná, Santa  
66 Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O referido evento ocorreu no Palácio Iguazu  
67 e o Paraná colocou-se para coordenar o Seminário, cujo título talvez possa versar sobre:-  
68 **Política Pública e a Mulher do Século XXI. 3 – Informes da Secretaria Executiva: Ofícios**  
69 **Recebidos:** SEEC – Secretaria de Estado da Cultura, referente a resposta da solicitação de  
70 informações do Plano Estadual de Políticas p/a Mulheres do Estado do Paraná; Associação  
71 Maria do Ingá, assunto: Direitos da Mulher; Revista Emater – nº 03/2016; Convite da  
72 Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal  
73 de Justiça do Estado do Paraná, em relação à comemoração de 10 anos da Lei Maria da  
74 Penha, que ocorreu no dia 15 de agosto de 2016, na Casa da Mulher Brasileira de Curitiba;  
75 Ofício da Secretaria de Estado da Saúde em resposta ao ofício, onde o CEDM solicita  
76 informações da 2ª Conferência Nacional da Saúde da Mulher; Convite da Reunião do Conselho  
77 de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL. **Ofícios Expedidos:** Conselho Estadual de  
78 Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR, referente a indicação de representação; Conselho  
79 Estadual de Educação, solicitando dados atualizados a respeito do déficit de vagas na Educação  
80 Infantil nos municípios do Estado do Paraná; Ofícios reiterando solicitações de informações do  
81 Plano Estadual de Políticas p/as Mulheres, com prazo até 30/07: SESP, SEEC, Fomento Paraná  
82 e a SESA. **Processo de Substituição das Conselheiras: CUT/PR** - Tania Fátima Calvi Tait,  
83 titular em substituição a Regina Cruz e Regina Cruz suplente em substituição a Aparecida Reis  
84 Barbosa. **SEEC- Secretaria da Cultura** - Cibele Cristina de Arruda, titular em subst. a Cleide  
85 Maria Perito de Bem e Priscila Pacheco suplente em subst. a Solange Rosenamann. **SEJU –**  
86 **área de direitos humanos** - Louise Rocha Raymundo, suplente em substituição a Marta  
87 Terezinha Renno Cunha. **SINDSAÚDE** - Sueli P. de Almeida Coutinho titular em substituição a  
88 Renata Francisca. - **Alterações pendentes:- FEESMUC** -Maria Ap. Martins, titular no lugar de  
89 Irene Rodrigues - **SEJU/ área de trabalho**, Marli Ap. Mussulini – titular (confirmação) e Angela  
90 de Fátima Grande em substituição a Maria Tereza Rosa. - **SINDIPETRO PR/SC** – Juliane Bielak  
91 em substituição a conselheira suplente Rosana Carvalho. - **4- Relato das Comissões:**  
92 **Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – Relatora:** - Conselheira Vânia  
93 Muniz N. Soares (Rede Feminista da Saúde) **1 .Ofício da Associação Maria do Ingá – Direitos**  
94 **da Mulher - Parecer da Comissão:** Tendo em vista que já foi encaminhada cópia do referido  
95 ofício aos órgãos correspondentes, esta comissão recomenda que o CEDM aguarde a resposta



96 às propostas para apreciação em reunião futura. **Parecer do CEDM: Aprovado. 2. Relato:** A  
97 Comissão discutiu a revisão do Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná  
98 e como será a metodologia para esta revisão. **Parecer da Comissão:** A comissão sugere envio  
99 de ofício a Câmara Técnica da violência solicitando a minuta do projeto integral básico da  
100 Câmara Técnica de Gestão do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as  
101 Mulheres e do Manual para a construção dos Indicadores de Monitoramento das ações de  
102 enfrentamento da violência. **Parecer do CEDM: Aprovado, com o prazo até a próxima**  
103 **reunião. 3.** Realizada leitura da Nota do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná  
104 sobre a violência sexual contra mulheres e meninas, na qual o CEDM reivindica ações do  
105 Estado, na área da prevenção e do enfrentamento ao combate à violência sexual contra  
106 mulheres e meninas. **Parecer da Comissão:** A Comissão coloca para apreciação da plenária e  
107 encaminhamentos: Envio da nota do CEDM/PR sobre violência sexual contra as mulheres e  
108 meninas para os seguintes órgãos: Câmara Técnica, SESP, SEDS, SEJU, SESA, SEED e por e-  
109 mail às conselheiras do CEDM/PR. **Parecer do CEDM: Aprovado. 4.** Realização da Nota de  
110 repúdio do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR) à 8. SUB-Divisão da Polícia  
111 Civil de Paranavaí- PR . **Parecer da Comissão:** Encaminhar a nota para a imprensa, Secretaria  
112 de Segurança Pública, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, para a 8ª SubDivisão da  
113 Polícia Civil em Paranavaí e para as conselheiras do CEDM/PR. **Parecer do CEDM: Aprovado.**  
114 Na sua primeira participação nesse Colegiado, a **Conselheira Tânia Fátima Calvi Tait (CUT-**  
115 **PR).** informou sobre a realização de evento na sua cidade, do qual participaram 200 mulheres –  
116 **Título:-“Café, Mulheres e Política”** objetivando efetuar uma condensação das propostas para  
117 encaminhamento aos órgãos competentes, tendo como referência, os 10 anos da Lei Maria da  
118 Penha. **Enfoque:-** violência contra a mulher nas Universidades e melhoria do atendimento às  
119 vítimas. A Conselheira manifestou a sua satisfação pela inclusão das microrregiões no Conselho  
120 da Mulher. Na sequência, a **Coordenadora Terezinha B. Ramos** leu o parecer referente à  
121 ONG. Maria do Ingá, que motivou o encaminhamento de ofício para cada órgão citado. Foi  
122 sugerido que se aguardasse o retorno desses documentos, para que a Comissão pudesse tomar  
123 as devidas providências. Voltando, a **Conselheira Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista da**  
124 **Saúde)** enumerou as solicitações das melhorias, visando o atendimento de mulheres vitimadas  
125 (ampliação do orçamento e da equipe – criação da Vara exclusiva, cartazes em ônibus etc).  
126 •Realizada a leitura da nota do CEDM, referente à violência sexual contra mulheres e meninas.  
127 De maneira oportuna, a **Conselheira Maria Izabel Corrêa (UBM –PR)** trouxe uma matéria  
128 publicada pelo Jornal Gazeta do Povo (12/09/2016), através da qual a Polícia Civil de Paranavaí  
129 divulga o desmantelamento de uma quadrilha de tráfico de drogas na região. Uma vez que o  
130 chefe desse grupo era uma mulher, a autoridade policial local batizou a operação de **“Feminazi”**,  
131 fazendo uma clara desqualificação da luta das mulheres, comparando-a ao nazismo. Dada a  
132 repercussão do assunto, foi definido remeter esse texto para ser discutido na Comissão,  
133 considerado um desrespeito brutal que traz à tona uma questão avessa à verdadeira luta das  
134 mulheres. Foi levado em conta elaborar um documento de desagravo, bem como solicitar que o  
135 MP interfira visando mudar o nome dessa operação. O assunto irá para a Comissão, que  
136 analisará o encaminhamento a ser dado. A **Conselheira Maria Izabel** ainda sugeriu que a nota  
137 de repúdio fosse socializada, com retratação do artigo no jornal Gazeta do Povo. Com uma  
138 contraproposta, a vice presidente **Terezinha B. Ramos (SEDS)** colocou que a Comissão poderá  
139 elaborar essa nota, encaminhando para os dois Secretários de Estado (Família e  
140 Desenvolvimento Social e Segurança Pública). A conselheira Ana Cláudia Machado (SESP),  
141 também sugeriu o encaminhamento do referido documento para a Unidade Policial que  
142 comandou essa operação. **Encaminhamento final:** - A Comissão irá elaborar a nota de repúdio  
143 onde a mesma deverá ser encaminhada às conselheiras por e-mail para ciência e encaminhada  
144 por ofício as seguintes secretarias: SESP, SEDS e a Unidade Policial de Paranavaí. Além de ser



145 encaminhada as redes de comunicação do Estado do Paraná. De maneira oportuna, a  
146 **Conselheira Marli Mussulini** relatou que a mídia televisiva vem trazendo inúmeras reportagens  
147 sobre situações vividas pelas mulheres nos ônibus e metrô, bem como aquelas sofridas dentro  
148 dos seus próprios lares. •**Comissão Temporária da Casa da Mulher Brasileira – Relatora:**  
149 **Terezinha Beraldo Ramos (SEDS)** - A Comissão dialogou sobre os problemas referentes ao  
150 atendimento das mulheres das regiões metropolitanas. Com a apresentação da delegada Dra.  
151 Ana Cláudia referente as características da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/ MS.  
152 **Parecer da Comissão:** Reunião com o colegiado gestor da Casa, para solicitar que o Centro de  
153 Referência funcione dentro da casa, para evitar que as mulheres sejam reencaminhadas para o  
154 Centro de Referência que localiza-se em outro bairro, causando ainda mais danos à mulher  
155 agredida que busca o atendimento, muitas vezes abalada, machucada e acompanhada de seus  
156 filhos. **Parecer do CEDM: Aprovado. Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício com essa  
157 solicitação (descrita acima) baseado nos referenciais das Diretrizes Gerais do Programa Casa  
158 da Mulher Brasileira para o colegiado gestor. **Parecer do CEDM:** Aprovado. Presente no  
159 plenário, a **Sra. Sandra Prado**, Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, representando o  
160 Estado. •**Comissão de Planejamento e Orçamento – Relatora: - Conselheira Ana Cláudia**  
161 **Machado (SESP)** . Análise das respostas dos ofícios acerca do Plano Estadual de Políticas para  
162 Mulheres do Estado do Paraná. **Parecer da Comissão:** Envio de ofício às secretarias que não  
163 encaminharam resposta (somente à SESA) e aquelas que necessitam de complementação, com  
164 cópia por e- mail às conselheiras representantes de cada órgão/secretaria. Ofício as seguintes  
165 secretarias, solicitando as complementações: SETI – referentes as ações nº 01 e nº 08 dos eixo  
166 1; SEED – referentes as ações nº 2 e 4 do Eixo 5, ações nº 11,19 e 22 do Eixo 01 e as ações nº  
167 03 e 04 do Eixo 02; SEAB – referentes as ações nº 8, 9 e 10 do Eixo 03. SEJU – verificar se as  
168 ações que não foram citadas são de competência da SEDS. Envio de ofício à SETI e a SEDS,  
169 solicitando a resposta em versão planilhada. Envio de ofício à SEEC, solicitando  
170 complementação das ações 3 e 4 do eixo IV. **Parecer do CEDM:** Aprovado. •**Comissão de**  
171 **Legislação e Normas** - Retorno do Regimento interno encaminhado ao NJA/SEDS - **Parecer**  
172 **da Comissão:** Comissão ciente da informação do NJA/SEDS nº 840/2016, onde foi identificada  
173 a necessidade de submeter ao conhecimento da plenária, as “ilegalidades” e “inadequações”  
174 das novas propostas do Regimento. **Parecer do CEDM:** A Comissão deverá analisar novamente  
175 o Regimento e finaliza-lo conforme as orientações do NJA/SEDS. Após a análise, o documento  
176 deverá ser encaminhado por e-mail à todas as conselheiras. **Alterações e inclusões realizadas**  
177 **no Regimento Interno:- Alteração do Art. 21:** A presidente do CEDM/PR será substituída em  
178 suas faltas e impedimentos pela Vice Presidência do Conselho, e na ausência de ambas,  
179 presidirá o Conselho a sua integrante mais antiga respeitando-se a alternância entre  
180 representantes da sociedade civil organizada e do Poder Público.- **Manter o art. 23, inserindo**  
181 **os seguintes incisos:** VI - Coordenar e executar o trabalho de apoio técnico administrativo  
182 necessário ao funcionamento do CEDM/PR; VII - Elaborar, encaminhar e divulgar as atas das  
183 reuniões do CEDM/PR e suas comissões, bem como outros documentos pertinentes; VIII - Criar  
184 e manter atualizado cadastro dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres; IX - Verificar  
185 e informar quorum para a realização de reuniões e frequência dos representantes das entidades;  
186 **-Alterar o nome do Capítulo II - p/ DA ESTRUTURA DO CONSELHO - Alterar os pontos**  
187 **citados pela Dra. Danielle/ NJA – SEDS; - Acatar o restante das alterações citadas na**  
188 **Informação do Jurídico. Registrar em Ata as seguintes observações:** - Proposta de que na  
189 próxima Lei, o art. 25 substitua o art. 23 e seja usado termo Secretaria Executiva, excluindo o  
190 termo Secretaria Geral e previsão no regimento conforme parágrafo único. - Sugerimos que na  
191 próxima alteração da lei seja deliberado pelo plenário o direito a voz dos participantes. Para  
192 agora, concordamos com a alteração por estar adequado à lei. **Parecer do CEDM:** Alterar o  
193 regimento, conforme proposta e análise da comissão, e encaminhá-lo por e-mail às



194 conselheiras, além de publicá-lo no DIOE e no site. Na sua vez, a representante do Núcleo  
195 Jurídico da SEDS, **Dra. Danielle M. Vieira** leu o parecer da Informação 840/2016, acerca da  
196 Deliberação nº006/16 do CEDM/PR. Ao mesmo tempo, esclareceu que o Regimento Interno veio  
197 da SEJU para a SEDS, não passando pela análise do Núcleo Jurídico. Assim, a minuta  
198 encaminhada contradiz o que está posto na Lei e agora necessita de alterações. Dadas as  
199 incompreensões, foi solicitado cópia das Leis e do Regimento, para à tarde a Comissão  
200 proceder com a análise – **APROVADA essa sugestão. Itens 05 e 06 da Pauta** - Na sequência,  
201 a **Conselheira Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC)** compartilhou uma  
202 situação constrangedora, vivida por um Diretor da SINDIPETRO em São Mateus do Sul.  
203 Deparando-se com três moradores de rua, dos quais uma era mulher que se encontrava  
204 desacordada, o Diretor passou a discutir com os policiais e acabou recebendo voz de prisão.  
205 Segundo os atendentes, a mulher gostava de apanhar, ilustrando a falta de treinamento desses  
206 policiais, desconhecendo a Lei Maria da Penha e os próprios Direitos Humanos. Algo maior  
207 necessita ser feito! Contribuindo, a **Conselheira Tânia Fátima Calvi Tait (CUT- PR)** sugeriu o  
208 planejamento urgente de uma capacitação destinada aos Policiais Militares, Polícia Civil e  
209 Guardas Municipais, no que se refere a Lei Maria da Penha. Nessa sequência, a Técnica  
210 **Camila Mafioletti Daltoé**, representante do Ministério Público –PR, informou sobre o  
211 recebimento de ofício do Laboratório de Pesquisa e Estudo de Gênero da Unioeste - LAPEG,  
212 solicitando acesso ao CEDM e apoio do MP na divulgação e implementação da oficina de  
213 formação para profissionais da área da segurança pública, realizada pelos mesmos,  
214 denominada - **“DIREITO SIM, VIOLÊNCIA NÃO”**. Essa oficina de capacitação ocorrerá no mês  
215 de Setembro e tem como objetivo visar a qualificação no que diz respeito ao atendimento às  
216 mulheres em situação de violência, e vulnerabilidade social, humanizando esse procedimento.  
217 Através da Unioeste, serão fornecidos certificados aos participantes dessa oficina. A princípio,  
218 essa capacitação estava direcionada aos profissionais dessa área do município de Cândido  
219 Rondon, mas existe a possibilidade de se estender às demais regiões do Paraná. Eles  
220 necessitariam somente dos custeios da viagem. Pedindo a palavra, a **Conselheira Ana Cláudia**  
221 **Machado (SESP)**, considerou que são realmente necessárias diversas melhorias na SESP,  
222 porém nem sempre as críticas são merecidas, existem várias ações sendo realizadas para que  
223 melhore cada vez mais os atendimentos. Com relação ao ofício do Laboratório de Pesquisa da  
224 Unioeste, a conselheira informou que entrou em contato com a professora responsável pela  
225 organização dessa capacitação, solicitando informações principalmente sobre a data da  
226 realização, porém ela obteve a resposta de que ainda não haviam agendado a data. Assim, Ana  
227 Cláudia ressaltou que a proposta parecia ser boa, mas acredita ser importante que o CEDM  
228 analise o conteúdo proposto e que não precisaria ela ter solicitado apoio ao MP, bastava entrar  
229 em contato com o delegado e o chefe da polícia militar. Em seguida, a **Conselheira Anacélie**  
230 **de Assis Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC)**, questionou se existe algum treinamento oficial  
231 promovido pela SESP e sugeriu convidar os técnicos desse laboratório, para apresentarem esse  
232 treinamento proposto ao CEDM. Sugeriu também, um encaminhamento à Comissão de  
233 Enfrentamento, para que se realize um controle dessas demandas de capacitações aos  
234 profissionais, desenvolvendo um método de calendário para organizar esse trabalho,  
235 identificando as lacunas existentes. Citando os municípios de Paranavaí e São Mateus do Sul,  
236 que poderiam receber esse treinamento como um projeto piloto. Voltou a **Conselheira Ana**  
237 **Cláudia Machado (SESP)**, afirmando que na grade curricular já existe esse treinamento dirigido  
238 aos policiais, onde é possível elaborar uma proposta de um curso a distância e repassar à todos  
239 os polícias. Assim, a **conselheira vice presidente, Terezinha B. Ramos (SEDS)**, ressaltou que  
240 a proposta do curso poderia ser construída pela Comissão e ser disponibilizado através da  
241 escola de Gestão. Foi sugerido pela **Conselheira Tânia Fátima Calvi Tait (CUT- PR)** que se  
242 proceda um levantamento junto às Universidades sobre os estudos de gênero, Lei Maria da



243 Penha e outros. Concordou a **Conselheira Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista da Saúde)**  
244 no sentido de que sejam aproveitadas as universidades e os núcleos de estudos para tentar  
245 junto à SESP formar os profissionais para as questões de gênero e não somente sobre a Lei  
246 Maria da Penha. Pois, sabe-se que ainda hoje, nas abordagens junto às mulheres, prevalece a  
247 visão machista. A conselheira comentou também, sobre o encontro do MP a respeito dos 10  
248 anos da Lei Maria da Penha, onde se discutiu sobre a má formação dos juizes que não sabem  
249 aplicar a Lei, por falta de aprofundamento nessas discussões. Por isso o enfoque deve ser na  
250 formação de gênero. Sugestões: analisar a possibilidade das ONG e dos Movimentos  
251 Feministas ajudarem no treinamento dos policiais e obter uma síntese do encontro do Ministério  
252 Público, que proporcionou um Debate Nacional sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha –  
253 Avanços e Desafios (convidar Dra. Mariana Bazzo para a apresentar o conteúdo na próxima  
254 reunião). Vânia, aproveitou e elogiou o evento realizado. **Camila Mafioletti Daltoé (MP)**  
255 externou cumprimentos à SESP, pelo êxito obtido no Encontro das Delegacias de Mulheres do  
256 Paraná e reforçou a proposta de encaminhar o Dossiê do Unioeste à comissão para que o  
257 conteúdo fosse avaliado e verificado a possibilidade da viabilização da capacitação neste  
258 formato proposto. Buscando centralizar os encaminhamentos até o momento elencados, a  
259 **Conselheira Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC)** enumerou: **1º)** Endereçar  
260 convite à Dra. Mariana Bazzo para a apresentação da síntese do evento citado acima; **2º)**  
261 Convidar o Laboratório de Pesquisa e Estudo de Gênero da Unioeste - LAPEG para apresentar  
262 a oficina da capacitação; **3º)** Realizar a oficina nos Municípios de Paranavaí, Adrianópolis, Mal.  
263 Cândido Rondon e São Mateus do Sul; **4º)** A Comissão de Enfrentamento à Violência deverá  
264 elaborar uma proposta descritiva para o treinamento EAD (ensino a distância), onde depois de  
265 ser aprovada, a proposta deverá ser encaminhada à SESP para que seja contratado alguém  
266 para viabilizar o curso; **5º)** Levantamento dos núcleos de estudos sobre gênero das  
267 universidades estaduais. Anacélie relatou ainda, que ficou pendente uma ação que possa  
268 envolver os Conselhos Municipais e os movimentos organizados. Assim, a conselheira **Vânia**  
269 **Muniz N. Soares (Rede Feminista da Saúde)**, afirmou que pode ser realizado também, um  
270 levantamento e uma análise sobre as ONGS que possam participar dessa parceria de  
271 capacitação. Para justificar a inclusão do município de Adrianópolis entre os municípios que  
272 receberão a oficina de capacitação, foi lembrado pela **Conselheira Sueli P. de Almeida**  
273 **Coutinho (SINDSAÚDE-PR)** que houve uma banalização do estupro coletivo acontecido em  
274 Adrianópolis –PR. Comprometida, a **Conselheira Ana Cláudia Machado (SESP)** solicitou que  
275 fosse repassado o nome da vítima, uma vez que buscará informações relacionadas ao  
276 acontecimento. Ao final, a **Conselheira Maria Izabel Corrêa (UBM-PR)** compartilhou a notícia  
277 que recebeu, sobre o fato de que Policiais Militares mulheres, sofrem agressões dos maridos e  
278 não tem acesso a Lei Maria da Penha. Ao responder, a **Dra. Danielle M. Vieira (representante**  
279 **do jurídico da SEDS)**, garantiu que a Lei é para todos e que não procede essa denúncia. Ainda  
280 sobre os cursos de capacitação, a conselheira **Ana Cláudia Machado (SESP)**, reafirmou que  
281 deve-se incluir na proposta do curso de formação, o tema sobre o acolhimento à vítima, para  
282 que o policial seja preparado para acolher e atender a vítima. Complementando, a conselheira  
283 **Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista da Saúde)**, informou que existe na área da saúde um  
284 treinamento para o acolhimento da vítima, humanizando esse procedimento. Vânia citou  
285 também, sobre a proposta de criar mecanismos de fiscalização e responsabilização de  
286 profissionais por discriminação, omissão, negligência e qualquer outra forma de violência  
287 institucional praticado contra as vítimas de violência, enfatizado na Nota do CEDM. **7 –**  
288 **Informes da Câmara Técnica –** A conselheira e **vice presidente Terezinha B. Ramos (SEDS)**  
289 informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 26 de Setembro às 14: 00 hrs no 7º andar do  
290 Palácio das Araucárias, estendendo o convite à conselheira Vânia, ou a outra conselheira da  
291 sociedade civil que se interessar. Nessa reunião será apresentado a versão final do Projeto



292 Integral Básico, que posteriormente também será apresentado no CEDM. Finalizando, a  
293 conselheira Vânia, perguntou sobre o retorno do ofício da SESA a respeito da 2ª Conferência  
294 Nacional da Saúde da Mulher (realizado a leitura do mesmo). Devido a resposta insuficiente, a  
295 **conselheira e vice presidente, Terezinha B. Ramos (SEDS)**, propôs que as conselheiras que  
296 são representantes também no Conselho Estadual de Saúde, se possível encaminharem por e-  
297 mail à Secretaria Executiva, informações sobre as datas previstas da realização da conferência  
298 estadual e municipais, para que os prazos sejam divulgados, garantindo assim, a organização,  
299 mobilização e a participação. E sobre o andamento do trâmite do Projeto da Educação Infantil,  
300 onde a Secretária Executiva Juliana Muller, informou, que foi realizado o encaminhamento do  
301 *Briefings, Direitos da Infância Educação e Mulheres, Maternidade e Condições de Trabalho*  
302 confeccionados pelo Ministério Público ao CEDCA- PR (ofício 017-2016, expedido dia 13 de  
303 Julho de 2016) e que ainda os mesmos não responderam sobre a apreciação da proposta.  
304 Juliana informou também, que o número do processo foi repassado por e-mail à Dra. Mariana  
305 Bazzo, para que a mesma efetue o acompanhamento do trâmite. **Palavras das Conselheiras –**  
306 **Marli A. B. Vaz Mussulini (Secretaria de Estado da Justiça e Trabalho e Direitos Humanos**  
307 **– SEJU)**, informou sobre a realização do Dia “D” que trata da inserção da pessoa com  
308 deficiência no mercado de trabalho. Esta ação ocorrerá no dia 23 de setembro de 2016, na  
309 Agência do Trabalhador Central, em Curitiba. A conselheira **Tânia Fátima Calvi Tait (CUT- PR)**  
310 perguntou se o CEDM tem alguma proposta de organização relacionado a campanha “16 dias  
311 de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher” realizado no mês de Novembro, onde a  
312 **conselheira Terezinha B. Ramos (SEDS)**, ressaltou que na Câmara Técnica há uma proposta  
313 da realização da campanha do “Novembro Lilás”. Foi sugerido portanto, abordar as propostas de  
314 encaminhamentos sobre a referida campanha na próxima reunião do CEDM. Em seguida, a  
315 conselheira **Maria Isabel Corrêa (UBM/PR)** que também participa do Conselho Estadual de  
316 Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA- PR, informou sobre a realização do Manifesto do  
317 CONSEA-PR: Sobre Água, Energia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ressaltando  
318 que este conselho é contra a privatização da COPEL e da Sanepar. Foi realizado assim, a leitura  
319 na íntegra do documento que será encaminhado posteriormente por e-mail às conselheiras.  
320 Maria Isabel justificou também, a sua ausência no período da tarde, por conta da participação no  
321 CONSEA. Em seguida, a conselheira **Eliana Maria dos Santos (FETEC)**, atualizou as  
322 conselheiras sobre as últimas notícias da greve dos bancários de Curitiba. A vice presidente  
323 **Terezinha B. Ramos (SEDS)** informou ainda, que a coordenação tem participado das reuniões  
324 da equipe técnica do DEPEN – Departamento Penitenciário, onde elas estão trabalhando o  
325 Plano Estadual de Atenção às Mulheres Encarceradas – PEAME. Várias reuniões já foram  
326 realizadas, onde foi solicitado que a referida proposta fosse apresentada no CEDM, para que  
327 este colegiado possa contribuir na construção desse plano. Terezinha solicitou portanto, ponto  
328 de pauta na próxima reunião – apresentação do PEAME. Finalizando, Terezinha relatou sua  
329 participação no 1º Fórum de Enfrentamento a Violência contra a Mulher realizado no município  
330 de Pontal do Paraná, elogiando o referido evento. Destacou, que há uma proposta, de que uma  
331 unidade móvel fique fixa no litoral do Paraná durante a temporada. Enfatizando, que segundo o  
332 Tribunal de Contas do Paraná, a prefeitura de Curitiba não pode atender a Região Metropolitana  
333 com essa unidade móvel, por que o convênio foi firmado entre o município e a União, portanto  
334 não é um convênio que se entende a Região Metropolitana, assim o Estado continuará  
335 atendendo todos os municípios. A Conselheira vice presidente **Terezinha B. Ramos (SEDS)** deu  
336 por encerrada a reunião, agradecendo a presença e contribuição de todas as conselheiras. A  
337 presente ata foi gravada e redigida pela Servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (da equipe  
338 da Secretaria Executiva/Conselhos), digitada por Stefani Heichuk de Oliveira, sendo a Secretária  
339 Executiva Juliana Müller. O documento após aprovado será publicado no DIOE e inserido no site  
340 do CEDM.